



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jader Barbalho

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, informações sobre as providências que estão sendo tomadas para combater o desmatamento na Amazônia.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, informações sobre as providências que estão sendo tomadas para combater o desmatamento na Amazônia.

Nesses termos, requisita-se:

- 1) Quais são as medidas que vêm sendo tomadas para evitar o desmatamento desenfreado e, ao que tudo indica, criminoso, em todo o país, e, sobretudo na região do Xingu, no Pará?
- 2) Quais as providências legais que estão sendo tomadas para punir os responsáveis pelo desmatamento ilegal?
- 3) Detalhar as operações desenvolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente de combate ao desmatamento, seus recentes relatórios e resultados (multas e atores responsabilizados), usando como base os anos de 2019 e 2020.
- 4) Que tipo de operação extraordinária, ou planejamento, ou atividade de Estado, está sendo feita especificamente no “Arco do Desmatamento”, que desponha ao longo de rodovias como a Transamazônica, BR-163 e PA-279 e pressiona Terras Indígenas e Unidades de Conservação, áreas protegidas da bacia do Xingu, entre os estados do Pará e Mato Grosso?
- 5) Detalhar as operações desenvolvidas pelo Conselho da Amazônia, desde a sua criação, com relatórios de ações, gastos e resultados.

6) O Ministério do Meio Ambiente e o Conselho da Amazônia receberam os laudos gerados pela plataforma MapBiomas, que podem identificar os responsáveis por pelo menos 75% dos casos de desmatamento no país? Quais providências serão tomadas a partir desses laudos?

JUSTIFICAÇÃO

Grilagem de terras, roubo de madeira e garimpo ilegal avançam sobre a região do Xingu no Pará. Os sistemas de detecção de desmatamento no Brasil e, em especial na Amazônia, apontam que, nos quatro primeiros meses do ano, o desmatamento na bacia do Xingu aumentou 20%. A análise aponta que 25% do desmatamento ocorreram dentro de Áreas Protegidas, somando quase nove mil hectares, 56% a mais que no mesmo período de 2019. O desmatamento atingiu em cheio cinco terras indígenas e três unidades de conservação, chegando a 43 mil hectares desmatados nessas áreas, historicamente e juridicamente protegidas.

Um estudo feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) revela aumento de 94% no desmatamento em relação ao ano passado e aponta para a interiorização do “Arco do Desmatamento”, que desponta ao longo de rodovias como a Transamazônica, BR-163 e PA-279 e pressiona Terras Indígenas e Unidades de Conservação. As Áreas Protegidas da bacia do Xingu, entre os estados do Pará e Mato Grosso, figuram entre as regiões mais vulneráveis.

No ano passado o Brasil registrou a maior taxa de desmatamento na Amazônia Legal dos últimos dez anos e este cenário tende a piorar nesse ano. Já foram desmatados 566 mil hectares apenas entre agosto de 2019 e abril de 2020.

Seis organizações da sociedade civil alertam para a escalada do desmatamento em documento enviado no dia 17 de junho ao Ministério Público Federal. O documento também foi entregue ao Ministério Público Estadual e ao governo do Pará, epicentro da destruição da floresta: dos dez municípios mais desmatados no ano passado, seis estão no Estado do Pará. O estado contabiliza um aumento de 170% da taxa de desmatamento no período de agosto de 2019 a abril de 2020, com 233 mil hectares desmatados.

De acordo com o coordenador geral do projeto MapBioma, Tasso Azevedo, mais de 99% dos casos de desmatamento na Amazônia têm “fortes indícios de ilegalidade”. O engenheiro florestal participou de uma reunião remota promovida pela Frente Parlamentar Ambientalista Mista do Congresso Nacional, da qual também deveria ter participado o vice-presidente da República, general

Hamilton Mourão, que desde fevereiro coordena o Conselho da Amazônia. Mas ele cancelou a presença, após ter sido convocado para uma reunião com o presidente Jair Bolsonaro.

Dessa forma, nenhum representante do Governo Federal explicou as razões que levaram ao aumento da taxa de desmatamento e, mais grave ainda, não informaram quais são as medidas urgentes e necessárias que estão sendo tomadas para apurar e rebelar os atos de ilegalidade apontados pelo MapBiomas, em seu Relatório Anual do Desmatamento no Brasil. De acordo com o documento, o Brasil perdeu mais de 1,2 milhão de hectares de vegetação nativa em 2019.

O documento reúne dados de três fontes com imagens de alta qualidade e gera laudos detalhados dos casos de desmatamento. Desta forma, a organização conseguiu gerar mais de 56 mil laudos em 2019 contra mil do ano anterior. Todos os estados registram desmatamentos ilegais, em 1734 municípios. O estado do Pará é o maior em quantidade de casos e em área.

Ele pediu ajuda aos parlamentares para que os laudos gerados pela organização sejam investigados pelo setor público. Pelos dados do MapBiomas, o desmatamento no país atingiu mais de 12 mil km² em 2019, um total equivalente a oito vezes a cidade de São Paulo.

O coordenador informou no debate com os senadores que foram detectados e validados ao todo 56.867 eventos de desmatamento no ano passado. Revelou ainda que, ao cruzar esses casos com as áreas em que há restrição de uso — como unidades de conservação, terras indígenas, áreas de proteção permanente, reservas legais e nascentes — e áreas que tinham algum tipo de autorização para o desmatamento, a conclusão é que mais de 99% de todos os alertas detectados em 2019 ou não tinham autorização ou estavam sobre áreas protegidas que não poderiam ser desmatadas. O que fez com que os especialistas concluíssem que 99% dos desmatamentos têm fortes indícios de ilegalidade, o que torna o desmatamento essencialmente uma atividade ilegal no Brasil.

O MapBiomas é mantido por ONGs, universidades e empresas de tecnologia. A plataforma cruza imagens de satélite com bancos de dados oficiais sobre a finalidade e a propriedade das terras, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Os laudos gerados pela plataforma podem identificar os responsáveis por pelo menos 75% dos casos de desmatamento no país.

Especialistas em meio ambiente estimaram durante a reunião da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional que o desmatamento na Amazônia deve chegar a 15 mil km² neste ano, contra os quase 10 mil km² de 2019.

Eles foram unânimes em condenar a falta de ação do governo federal frente ao problema durante o encontro.

A especialista em políticas públicas do Observatório do Clima e ex-presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Suely Vaz, afirmou que as operações que vêm sendo conduzidas pelo Conselho da Amazônia, sob o comando do vice-presidente Hamilton Mourão, não servem para o controle do desmatamento. Segundo ela, são operações de força que acabam sendo apenas temporárias.

Suely disse ainda que dois meses dessas operações militares na Amazônia custam o mesmo que o salário anual de mil fiscais do Ibama. Ela também criticou casos recentes de funcionários que foram repreendidos por atuar na fiscalização em campo.

O desmatamento na Amazônia já foi de menos de 5 mil km² em 2012. O engenheiro agrônomo Beto Veríssimo, pesquisador da Consultoria Imazon, afirmou que dos 80 milhões de hectares já desmatados da floresta original, que representam 20% do total, 30% estão abandonados e 60% são subutilizados.

Sala das Sessões, 19 de junho de 2020.

Senador Jader Barbalho
(MDB - PA)